

PROCESSO - A.I. Nº 281240.0028/03-0
RECORRENTE - S. REIS COMÉRCIO DE MÓVEIS ELETRODOMÉSTICOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JFJ nº 0280-02/03
ORIGEM - INFRAZ JEQUIÉ
INTERNET - 07/11/2003

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0586-11/03

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO E RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO DEVIDO. O valor mínimo de R\$460,00, para o recolhimento mensal do ICMS devido por empresa de pequeno porte, desde fevereiro de 2002, se refere a cada estabelecimento, individualmente, do contribuinte. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 2ª JFJ, que julgou o Auto de Infração Procedente em Parte – Acórdão JFJ n.º 0280-02/03.

Para considerar a procedência parcial, o relator da 1ª Instância proferiu o seguinte voto (parte):

“Portanto, tendo em vista o disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 387-A do RICMS/97, para efeito de pagamento mensal do imposto pela empresa de pequeno porte inscrita no SIMBAHIA, o valor mínimo a ser recolhido não poderá ser inferior ao valor fixado para as microempresas, previsto no inciso VIII do artigo 386-A do mesmo Regulamento, qual seja, de R\$ 460, 00.

No caso, considerando que a citada norma passou a vigorar a partir de fevereiro de 2002 (Alteração nº 31, Dec. nº 8.149, de 14/02/02 DOE de 15/02/02), nada há a exigir para o mês de janeiro/02, por estar comprovado o devido recolhimento; para o período de fevereiro a novembro são devidos os valores constantes no Quadro 2; e finalmente o mês de dezembro, o valor correto é de R\$535,42.”

O recorrente alegou que, na inicial, relatou que o Auto de Infração foi lavrado contra a sua filial e que para observação do limite mínimo de R\$460,00, consignado no inciso II, do parágrafo único, do art. 387-A, do RICMS/97, dever-se-ia considerar o pagamento efetuado por todos os estabelecimentos de uma empresa (com o que teria concordado o autuante em sua informação fiscal de fl. 22) e, no entanto, para sua surpresa, eis que o ilustre relator ou não observou tal fato ou preferiu ao arrepio da Lei exigir imposto indevido.

Apresentou uma tabela como os valores devidos pelos estabelecimentos matriz, e filial no período exigido, e juntou cópia dos documentos que demonstram a forma em que foi quitado parcialmente o débito, concordando com a exigência no valor de R\$1.966,76.

Anexou, também, cópia de uma correspondência enviada aos contadores baianos, pelo Gerente do Setor Comércio e Serviços, da SEFAZ, onde é exemplificada a forma de se calcular o ICMS devido, após a edição do Decreto n.º 8.413/02.

Pediu a reforma parcial do Acórdão proferido pela 2ª JFJ.

A representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, disse que o cerne do lançamento consiste na falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares referentes a operações escrituradas nos livros próprios, na condição de empresa de pequeno porte, inscrita no SimBahia.

Afirmou que a infração apontada pelo preposto fiscal está devidamente comprovada, tipificada e fundamentada na legislação tributária vigente na época da ocorrência dos fatos geradores do

tributo, e que os documentos acostados, em sede recursal, se referem a estabelecimento com inscrição estadual e endereço completamente diversos do autuado e, portanto, são rigorosamente imprestáveis para elidir a exigência fiscal, uma vez que os estabelecimentos são considerados autônomos para efeito do recolhimento do imposto.

Opinou pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

VOTO

Inicialmente, entendo mister esclarecer a Douta representante da PGE/PROFIS, e aos demais membros desta 1ª Câmara de Julgamento Fiscal, que o ponto central da lide prende-se no limite mínimo de pagamento para estabelecimento enquadrado como empresa de pequeno porte – SimBahia – instituído pelo Decreto n.º 8.413/02, que modificou a redação do inciso II, do parágrafo único, do art. 387-A, do RICMS/97, equivalente a R\$460,00.

Quanto à tabela apresentada pelo recorrente à fl. 36, que demonstraria o valor recolhido (ou parcelado) pelo seu estabelecimento matriz, para indicar que, no somatório do imposto devido por este e pela filial (estabelecimento autuado), cumpriu-se o recolhimento mínimo mencionado, sou pelo seu acolhimento como verídica, em primeiro lugar porque o próprio autuante acatou as suas razões, e, em segundo, porque o requerimento de parcelamento do débito (fl. 39) e os DAE trazidos (fls. 41 a 44), evidenciam a consistência dos dados ali consignados.

Resta, então, apreciar o argumento jurídico posto pelo recorrente, qual seja, o de que, para efeito do pagamento mínimo, devem ser considerados os valores recolhidos nos seus estabelecimentos matriz e filial, somados.

Transcrevo a legislação (RICMS/97) pertinente ao assunto:

Art. 384-A. Para fins de adoção do tratamento tributário de que cuida o SimBahia, considera-se:

[...]

II - empresa de pequeno porte o contribuinte cuja receita bruta ajustada do ano anterior seja superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)

[...]

§ 1º Por receita bruta ajustada entende-se o somatório da receita bruta decorrente das operações e dos serviços de transportes e comunicações de todos os estabelecimento da empresa no período considerado, deduzido o equivalente a 20% (vinte por cento) do total das entradas de mercadorias, bens e materiais e dos serviços de transportes e comunicações tomados no mesmo período

[...]

§ 4º Na mensuração da receita bruta anual ajustada, para fins de cotejo com os limites de que cuida este artigo, se a empresa mantiver mais de um estabelecimento, ainda que em outra unidade da federação, levar-se-á em conta a receita bruta global ajustada de todos eles, não importando se do mesmo ou de diversos ramos de atividades econômicas.

[...]

§ 10. O enquadramento no SimBahia é efetuado com base no CNPJ básico, ou seja, no caso de empresa com mais de um estabelecimento, todos devem se enquadrar na mesma condição, sendo que a Microempresa poderá ter estabelecimentos com faixas distintas, levando-se em consideração a receita bruta ajustada ou o volume de compras de cada um.

Art. 387-A. O ICMS devido pela empresa de pequeno porte será apurado, mensalmente, mediante a aplicação de percentuais específicos sobre a receita bruta mensal, observadas as deduções previstas no inciso II do §1º do art. 384-A, devendo esses percentuais serem

determinados em função da receita bruta global ajustada acumulada da empresa desde o início do ano, se for o caso, até o mês de referência

Parágrafo único. O ICMS será apurado por estabelecimento, observando-se as seguintes regras:

[...]

II - para efeito de pagamento mensal do imposto, o valor mínimo a ser recolhido pela empresa de pequeno porte não poderá ser inferior ao valor fixado para as microempresas, cuja receita bruta ajustada esteja entre os limites indicados no inciso VIII do artigo 386-A, independentemente da receita bruta apurada em cada mês.

Da dicção dos dispositivos acima, vê-se que, para efeitos de enquadramento e definição da alíquota aplicável à empresa de pequeno porte, deve ser levado em conta o somatório do faturamento de todos os estabelecimentos, na hipótese do contribuinte possuir mais de um (art. 384-A, §§ 1º e 4º), e que este enquadramento se dará por CNPJ básico, ou seja, no caso de empresa com mais de um estabelecimento, todos devem se enquadrar na mesma condição, sendo que a Microempresa (e somente ela) poderá ter estabelecimentos com faixas distintas, levando-se em consideração a receita bruta ajustada ou o volume de compras de cada um (§ 10, do mesmo artigo).

Para o cálculo do imposto devido por empresa de pequeno porte, segundo a regra do art. 387-A, deve ser utilizado o percentual definido em função da receita bruta global (todos os estabelecimentos) ajustada, a ser aplicada sobre a receita bruta de cada estabelecimento, e o ICMS a recolher (parágrafo único, II, deste artigo) será apurada por estabelecimento, e não poderá ser inferior ao limite indicado no inciso VIII, do art. 386-A, obviamente, também por estabelecimento, até porque, como já dito, a microempresa (e somente ela) poderá recolher imposto em faixas distintas, levando-se em consideração a receita bruta ajustada ou o volume de compras de cada um destes estabelecimentos.

Não me resta qualquer dúvida que o valor mínimo de R\$460,00, para o recolhimento mensal do ICMS devido por empresa de pequeno porte, desde fevereiro de 2002, se refere a cada estabelecimento, individualmente, do contribuinte.

Pelo que expus, concluo que as razões recursais apresentadas são insuficientes para alterar a Decisão recorrida, e o meu voto é pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, para homologá-la.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **281240.0028/03-0**, lavrado contra **S. REIS COMÉRCIO DE MÓVEIS ELETRODOMÉSTICOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.391,62**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de outubro de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS